



O Cálculo Econômico sob o Socialismo

Ludwig von Mises

Prefácio de Yuri Maltsev

Introdução de Jacek Kochanowicz

Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012. (56 páginas)

ISBN: 978-85-8119-007-5

Quando Ludwig von Mises (1881-1973) demonstrou a impossibilidade do cálculo econômico sob o socialismo na década de 1920¹, as consequências extrapolaram a ciência econômica e vieram a influenciar a própria estratégia do movimento socialista. Até então, os economistas e militantes marxistas defendiam a superioridade econômica do socialismo, dizendo ser mais eficiente para a alocação de recursos e ao desenvolvimento econômico que a chamada “anarquia dos meios de produção”. Após tal desconstrução, os socialistas mudariam para as mais diversas estratégias, como o marxismo cultural, ou então a crítica ao modelo de distribuição de bens, em oposição à tradicional crítica quanto à produção. Surpreendentemente, algumas vertentes socialistas modernas criticam o livre-mercado pelo motivo oposto ao que os marxistas clássicos o faziam, dizendo que o capitalismo é tão eficiente que destruirá o planeta pelo excesso de produção.

A tese de Mises defendida no livro pode ser resumida da seguinte forma: o modelo econômico socialista não pode ser aplicado no mundo real, independente da boa-fé dos que o tentam, visto que é impossível haver um cálculo econômico racional sem a existência de propriedade privada². Nas palavras de Yuri Maltsev,

no prefácio deste livro, o modelo econômico socialista é “ilógico, antieconômico e impraticável em sua essência” (p. 7). Fabio Barbieri resume da seguinte maneira o argumento de Mises:

Há quase cem anos, o economista austríaco Ludwig von Mises lançou então o desafio: sem propriedade privada não existem mercados e sem estes não existem preços que tornam possível a comparação entre os diversos usos possíveis dos recursos. O socialismo seria um ideal irrealizável, pois sem um sistema de preços não há como superar a complexidade da divisão do trabalho que acompanha a alta produtividade das economias atuais, a menos que tenhamos um planejador central onisciente, que saiba todos os detalhes de como se alteram em tempo real as preferências, as alternativas técnicas e a disponibilidade de recursos produtivos. Se a produtividade das economias atuais não for pelo menos replicada, condenaríamos a maioria da população mundial à morte³.

¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a história desse debate ver: BARBIERI, Fabio. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

² O discípulo de Ludwig von Mises, o filósofo, economista e jurista Friedrich August von Hayek

(1899-1992) abordou a impossibilidade do cálculo econômico sob o socialismo por outros argumentos. A tese principal de Hayek é que a falha do planejamento central se daria pela impossibilidade do planejador de reunir todo o conhecimento que está espalhado pelos indivíduos, que sabem o que querem consumir, quanto, em que quantidade, e está refletido pelo sistema de preços. Para uma visão mais completa da teoria hayekiana ver: HAYEK, Friedrich August von. **O Uso do Conhecimento na Sociedade**. Trad. Philippe A. Gebara Tavares. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Vol. I, No. 1 (Jan.-Jun. 2013): 153-62.

³ BARBIERI. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**. p. 9-10.

Jacek Kochanowicz, ao escrever, em 1990, a introdução desta edição, nos fornece uma divertida história acerca da repercussão desta obra de Mises. Considerando haver refutado a tese de Mises na década de 1930, o economista polonês Oskar Lange (1904-1965) sugere a criação de uma estátua em homenagem àquele, visto que sua crítica havia permitido uma “solução científica” para o socialismo.

Ao introduzir seu livro, Ludwig von Mises começa com um desafio, que continua válido nos presentes dias. Abunda material acadêmico, jornalístico, midiático ou cultural criticando o presente modelo de livre-mercado, porém resta escassa, por outro lado, uma análise não utópica feita pelos mesmos, de como funcionaria o sistema econômico socialista. Essa é a lacuna que Mises em 1920 busca preencher.

Passando ao conteúdo do livro, vemos o primeiro capítulo abordar o problema da distribuição de bens numa economia socialista, em que os meios de produção foram coletivizados. Nota-se que Mises foge da crítica comum de corrupção e má-fé na distribuição de bens, dizendo que a forma escolhida para esta é secundária à sua análise. Após discutir alguns critérios possíveis e refletir sobre o funcionamento das trocas e do dinheiro neste modelo, Mises mostra que independente do critério adotado, o Estado reservará o poder de controlar a distribuição do produto do trabalho, em contradição com a ideia de que o trabalhador teria direito à totalidade deste.

O segundo capítulo é, em combinação com o terceiro, o fundamento do livro. Seu conteúdo pode ser sintetizado pela sua última frase “o socialismo é a abolição da racionalidade econômica” (p. 33). O autor explica sobre a natureza do cálculo econômico e como este apenas pode ocorrer na presença da propriedade privada. Cada escolha feita pelos agentes em face da escassez significa um julgamento de valor sobre as necessidades a serem satisfeitas. Logo, após estabelecer uma diferença en-

tre dinheiro, valor e preço⁴, passa a elaborar sobre o cálculo econômico em termos monetários. O preço, dessa forma, ao reduzir o valor dos bens a uma unidade comum, permite basear o cálculo na avaliação de todos os participantes do comércio e a comparação do valor de alternativas de ação em uma economia desenvolvida. A administração de um Estado socialista, uma vez que não possui propriedade privada dos meios de produção, não pode se engajar nesse cálculo.

Após dissertar sobre o que seria o cálculo econômico, Mises no capítulo três parte para explicar sua inexistência no socialismo. A analogia, bastante utilizada até hoje, de que a gestão socialista possa funcionar como a gestão de uma grande empresa é refutada em suas palavras, pois “onde não há um livre mercado, não há mecanismos de preços; e sem um mecanismo de preços, é impossível haver cálculo econômico” (p. 35). Inerente ao funcionamento lógico do sistema socialista é a teoria do valor-trabalho, para fazer uso de uma unidade de valor objetivamente reconhecível utilizável no cálculo econômico, e é sobre essa falsa homogeneidade do trabalho que Mises termina seu capítulo.

O capítulo quatro vai trazer uma explicação teórica para aquilo que a maioria dos brasileiros já conhece por experiência prática, a ineficiência inerente às empresas estatais. Faz-se aqui uma crítica à ideia enraizada de que o problema não é inerente ao sistema, mas sim às pessoas que estão lá, bastando administradores melhores e mais instruídos para emular a eficiência de uma empresa privada. Como é demonstrado na obra, contudo, a ausência de propriedade privada retira o elo entre o administrador e o sucesso ou fracasso da empresa. Ele não será responsabilizado e perderá dinheiro com o seu fracasso, nem recompensado com o seu sucesso. Por fim, tal arranjo retira qualquer iniciativa individual dos empregados da empresa, fazendo com

⁴ Um estudo aprofundado pode ser visto em: MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 3ª ed., 2010. Capítulo 16, p. 389-463.

que ela não consiga se adaptar às condições de mercado novas.

O quinto e último capítulo, na contramão de quase todo o pensamento político-econômico da época, afirma que, com base nos argumentos apresentados, o sistema econômico soviético e dos demais países socialistas é insustentável. Vimos na década de 1990 a concretização desta profecia, com o colapso das pseudoeconomias da União Soviética e do leste europeu, mostrando como haviam estacionado no tempo no quesito de inovação, e consumido a poupança acumulada pelas gerações anteriores.

Mises conclui essa magistral obra especificando qual era o seu público-alvo: todos

aqueles que acreditam que o socialismo trará um sistema econômico racional e que aumente a oferta de bens de consumo. Vale lembrar aqui o exemplo dado no prefácio por Yuri Maltsev, que nos oferece, com sua experiência interna do Estado soviético, alguns tragicômicos números do planejamento central de seu país, ao relatar que o governo decidiu determinar 22 milhões de preços, 460.000 salários e mais de 90 milhões de funções para os 110 milhões de funcionários do governo. Os resultados dessa experiência são notórios. ∞

Patrick Gappo

Graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Aluno de intercâmbio, em convênio com a UERJ, no Institut d'Études Politiques de Lyon
patrickgappo@msn.com